



JORNAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

Órgão Oficial do Município de Itajaí - Ano XXII - Edição Extra 2886 - 17 de dezembro de 2024

ATOS DA SUPERINTENDÊNCIA DAS FUNDAÇÕES FUNDAÇÃO CULTURAL

Extrato do Contrato: CONTRATO 133/2024
Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ
Proponente: ATIVA REDE EDUCAÇÃO E CULTURA
CNPJ /CPF:10.979.440/0001-96
Fundamento Legal: NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023
Número do Processo: Edital de Credenciamento nº 014/2024 - FCI
Objeto / Motivo: Constitui objeto deste contrato, execução do projeto contemplado no edital 014/2024-FCI, pelo período de 01/12/2024 a 30/06/2025.
Data Assinatura: 14/11/2024
Valor: R\$ 22.947,17 (Vinte e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos).

Extrato do Contrato: CONTRATO 134/2024
Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ
Proponente: ROMY HUBER PRADI
CNPJ /CPF:092.251.399-69
Fundamento Legal: NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023
Número do Processo: Edital de Credenciamento nº 014/2024 - FCI
Objeto / Motivo: Constitui objeto deste contrato, execução do projeto contemplado no edital 014/2024-FCI, pelo período de 01/12/2024 a 30/06/2025.
Data Assinatura: 14/11/2024
Valor: R\$ 22.947,17 (Vinte e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos).

Extrato do Contrato: CONTRATO 135/2024
Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ
Proponente: INSTITUTO SORRIR
CNPJ /CPF:15.490.035/0001-23
Fundamento Legal: NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023
Número do Processo: Edital de Credenciamento nº 014/2024 - FCI
Objeto / Motivo: Constitui objeto deste contrato, execução do projeto contemplado no edital 014/2024-FCI, pelo período de 01/12/2024 a 30/06/2025.
Data Assinatura: 14/11/2024
Valor: R\$ 22.947,17 (Vinte e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos).

Extrato do Contrato: CONTRATO 136/2024
Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ
Proponente: TÉSPIS CIA DE TEATRO
CNPJ /CPF: 00.758.586/0001-58
Fundamento Legal: NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023
Número do Processo: Edital de Credenciamento nº 014/2024 - FCI
Objeto / Motivo: Constitui objeto deste contrato, execução do projeto contemplado no edital 014/2024-FCI, pelo período de 01/12/2024 a 30/06/2025.
Data Assinatura: 14/11/2024
Valor: R\$ 22.947,17 (Vinte e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos).

Extrato do Contrato: CONTRATO 137/2024
Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ
Proponente: HANTIELA SALERNO LTDA
CNPJ /CPF: 28.504.227/0001-93
Fundamento Legal: NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023
Número do Processo: Edital de Credenciamento nº 014/2024 - FCI
Objeto / Motivo: Constitui objeto deste contrato, execução do projeto contemplado no edital 014/2024-FCI, pelo período de 01/12/2024 a 30/06/2025.

Data Assinatura: 14/11/2024
Valor: R\$ 22.947,17 (Vinte e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos).

Extrato do Contrato: CONTRATO 138/2024
Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ
Proponente: ASSOCIAÇÃO CORAL VILLA LOBOS
CNPJ /CPF:83.186.031/0001-06
Fundamento Legal: NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023
Número do Processo: Edital de Credenciamento nº 014/2024 - FCI
Objeto / Motivo: Constitui objeto deste contrato, execução do projeto contemplado no edital 014/2024-FCI, pelo período de 01/12/2024 a 30/06/2025.
Data Assinatura: 14/11/2024
Valor: R\$ 22.947,17 (Vinte e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos).

Extrato do Contrato: CONTRATO 139/2024
Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ
Proponente: ASSOCIACAO BENEFICIENTE TERREIRO ANDRE TRINDADE
CNPJ /CPF: 30.871.634/0001-80
Fundamento Legal: NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023
Número do Processo: Edital de Credenciamento nº 014/2024 - FCI
Objeto / Motivo: Constitui objeto deste contrato, execução do projeto contemplado no edital 014/2024-FCI, pelo período de 01/12/2024 a 30/06/2025.
Data Assinatura: 14/11/2024
Valor: R\$ 22.947,17 (Vinte e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos).



DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL APÓS PRAZOS DE RECURSO CONFORME ITEM 13.12 DO EDITAL PADRONIZADO CHAMAMENTO PÚBLICO 014/2024 REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE SANTA CATARINA CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL

PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA COM RECURSOS REMANESCENTES DO EDITAL 008/2024

CATEGORIA 1 - COTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA - VALOR DO PRÊMIO R\$ 22.947,17

Ordem	Proponente	Nota
1	Ativa Rede Educação e Cultura	97
2	um outro espaço - Romy Ruber Pradi	82
3	Instituto Sorrir	80
4	Téspis Cia de Teatro - Itajaí Criativa Residência Artística	77
5	Hantiêla Salerno	67
6	Associação Coral Villa Lobos - 50 anos Atividades Culturais Associação Coral Villa-Lobos	60
7	Associação Beneficente Terreira (André Trindade)	57

CATEGORIA 1 - DESCLASSIFICADOS - VALOR DO PRÊMIO R\$ 22.947,17

Ordem	Proponente	Nota
1	Paróquia São João Batista de Itajaí	45
2	Franciele Frederico Esquarcio Milagres - Associação Casa da Capoeira - Integrando Vidas e Suas Experiências	40

Itajaí, 16 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
VANDERLEI LAZZAROTTI
Data: 16/12/2024 10:20:08-0300
Verifique em <https://validar.jr.gov.br>

Vanderlei Lazzarotti
Diretor Executivo da Fundação Cultural de Itajaí
Redator desta Ata

Documento assinado digitalmente
SIARA BONATTI
Data: 16/12/2024 10:37:38-0300
Verifique em <https://validar.jr.gov.br>

Siara Bonatti
Cultura Popular

ATOS DO INIS



ATA da Reunião mensal da Agenda 21 de Itajaí
26 de novembro de 2024

1 Às dezenove horas do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, aconteceu a
2 reunião mensal da Agenda 21 de Itajaí, estando presente de forma online através do
3 aplicativo Google Meet: **Willian Vale**, coordenador da agenda 21 e representante do bairro
4 Carvalho; **Joana Carolina de Borba** e **Bruna Soares da Silva Rocha** representantes do
5 INIS, **Daniel Fossa Paz**, representante do IMA, **Maria Inês Freitas Santos**, representante
6 da Associação Comunitária do Bairro de Cabeçadas, **Katiuscia Wilhelm Kangerski**,
7 representante da Univali e **Ana Julia Pinheiro Krensiglova**, representante da Associação
8 Náutica de Itajaí - ANI, **Thamy Regina Reiser**, representante da Defesa civil, **Arthur Otávio**
9 **Vallatti Rancatti**, representante do Itajaí Lixo Zero e **Cátia Medeiros Gabel**, representante
10 da Secretaria Municipal de Saúde. O coordenador da Agenda 21, **Willian Vale** estendeu as
11 boas vindas e iniciou a reunião falando sobre os tópicos que foram colocados para discussão
12 na reunião, sendo eles: 1) Ofícios enviados aos integrantes da agenda 21. 2) Representante
13 da agenda 21 no CMGDT. 3) Avanço do PLO na câmara de vereadores. 4) Avaliação das
14 atividades no ano de 2024. 5) Reunião final de dezembro. Em relação ao primeiro item da
15 pauta, a secretária da Agenda 21 Joana Borba, informou que, conforme acordado na última
16 reunião, foram enviados ofícios aos integrantes da Agenda 21 que não estavam participando
17 das reuniões, solicitando que os órgãos encaminhassem justificativa para o não
18 comparecimento às reuniões, bem como, indicassem os novos representantes em caso de
19 substituição dos atuais membros. Os ofícios foram enviados aos órgãos: CDL integrante dos
20 órgãos não governamentais comunicando seu desligamento do Fórum, e para os órgãos
21 governamentais: Secretaria de Assistência Social, Coordenadoria Municipal de Proteção e
22 Defesa Civil, Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Turismo. Dentre os
23 órgãos governamentais, obtivemos retorno da Defesa Civil, que justificou as ausências. O
24 coordenador **Willian** complementou, agradecendo a presença da representante da Defesa
25 Civil, **Thamy**, e ressaltando a importância do órgão para o Fórum da Agenda 21. A secretária
26 informou ainda que, também conforme acordado na última reunião, foi enviado ofício de
27 convite ao Itajaí Lixo Zero, solicitando se há interesse em formalizar a participação do grupo
28 no Fórum. Em resposta ao ofício, foram indicados os representantes do Itajaí Lixo Zero no
29 fórum da Agenda 21, sendo eles o titular **Arthur Otávio Vallatti Rancatti** e a suplente **Amanda**
30 **Mariani Lisboa de Castilho**. **Arthur** complementou que já vem participando informalmente das
31 reuniões da Agenda 21, agradeceu o convite e destacou algumas ações importantes do Lixo
32 Zero para o município de Itajaí. Foi destacado que deverá ser mantida a paridade entre os
33 representantes de órgãos não governamentais e órgãos governamentais no Fórum. Também
34 foi sugerido o envio de novo ofício à Secretaria de Turismo, questionando o interesse em
35 permanecer no Fórum, e envio de convite à Secretaria de Educação para solicitar se há
36 interesse em participar. A representante **Katiuscia** sugeriu que poderiam ser pensadas outras
37 associações que tivessem interesse em participar. A representante **Maria Inês** sugeriu a
38 Associação do Bairro Fazenda e Fazendinha. **Katiuscia** complementou com a possibilidade
39 de incluir as Associações de Pais. Em relação ao segundo tópico, sobre a representação da
40 Agenda 21 no Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial. O coordenador
41 **Willian** ressaltou a importância da Agenda 21 estar atuante nas definições deste Conselho,
42 através dos seus representantes. A representante **Ana Julia** ratificou a importância das
43 definições do conselho, explanando sobre a grande responsabilidade sobre os projetos que
44 estão sendo votados, como por exemplo os processos de outorga onerosa. Destacou ainda
45 que o CMGDT tem encaminhado a pauta das reuniões e os processos a serem votados com
46 três dias de antecedência das reuniões, havendo pouco tempo hábil para trazer a análise e
47 discussões sobre os processos a serem votados junto ao grande Grupo da Agenda 21. O
48 coordenador **Willian** sugeriu reunir-se com o secretário para discutir o envio dos projetos com
49 maior antecedência. A representante **Maria Inês** também destacou o curto prazo para análise
50 dos processos em pauta para votação, e sugeriu que, quando for recebida a pauta dos
51 processos a serem votados, os representantes da Agenda 21 no CMGDT encaminhem ao
52 grupo da Agenda 21, para deliberações. Foi informado que não existe restrição no regimento
53 do Conselho para o envio dos documentos dos processos anteriormente às votações. O
54 coordenador **Willian** concluiu com a decisão de que, tendo o material da pauta, deverão ser
55 mandados no grupo da Agenda 21 para eventuais discussões, e destacou a necessidade de
56 agendar reunião com o novo secretário para cobrar que as pautas sejam enviadas com maior
57 antecedência. Foi discutido ainda sobre o papel da Agenda 21 no CMGDT, que além das
58 votações, também deve estar atento às irregularidades, bem como sobre a cobrança no
59 posicionamento de órgãos como o Ministério Público em função das denúncias de
60 irregularidades que já haviam sido enviadas. Foi aberta a discussão para que novos
61 representantes se habilitassem a suplência da representação da Agenda 21 no CMGDT.
62 Foram definidos os representantes **Thamy**, da Defesa Civil, como Titular, e o representante
63 **Daniel**, do IMA, como suplente. Em relação ao terceiro item da pauta, o coordenador **Willian**
64 atualizou a situação do PLO na Câmara de Vereadores, que atualmente o Projeto de Lei

65 133/2024 está na Comissão de Meio Ambiente. Informou que foi agendado reunião com a
66 relatora **Hilda Deola** na próxima quinta-feira, e que após a passagem pela relatora, seguirá
67 para a presidente da Comissão, **Ana Carolina**, até ser encaminhado para a votação. Salientou
68 que será compartilhado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto, que
69 foi favorável à aprovação. Em relação ao quarto item da pauta, quanto a avaliação das
70 atividades da Agenda 21 no ano corrente, o avanço do PLO 133/2024 foi destacado pelo
71 representante **Arthur** como a grande entrega da Agenda 21 como política pública para o
72 município de Itajaí. Destacou ainda que é importante reconhecer tudo o que tem sido
73 construído, e que o município é um dos poucos que ainda tem o Fórum Permanente da
74 Agenda 21. O coordenador ressaltou que apesar de os representantes estarem envolvidos
75 em ações dentro seus respectivos órgãos, através da unidade do grupo e das ações, foi se
76 construindo uma nova visão da Agenda 21, sendo que atualmente o fórum possui maior
77 permeabilidade e abertura para trazer suas deliberações dentro da Câmara. Em relação ao
78 último item da pauta, sobre a reunião final da Agenda 21, o representante **Arthur** sugeriu
79 realizarmos a próxima reunião de planejamento no início do próximo ano. A representante
80 **Katiuscia** sugeriu a realização de uma pré-reunião para definições de com pautas e de
81 metodologias para apresentação. Ficou definido que a reunião oficial de planejamento será
82 realizada em fevereiro, com todos os membros da Agenda 21 e que haverá uma pré-reunião
83 para definição das pautas e metodologias, com alguns membros da Agenda 21. Por fim, a
84 representante **Maria Inês** trouxe que um dos pontos discutidos na Assembleia do Bairro de
85 Cabeçadas, é referente ao Projeto Orla. Informou que existe um compromisso do município
86 como gestor da orla no território municipal, em manter o Projeto Orla em funcionamento,

87 porém, as reuniões não estão sendo realizadas. Destacou a importância da Agenda 21 em
88 acompanhar o cumprimento das ações por parte do município. **Willian** destacou que a
89 aprovação do PLO, será uma nova ferramenta que a Agenda 21 passará a ter para cobrar,
90 inclusive, a execução do Projeto Orla. Ressalta-se que na primeira reunião do ano este
91 assunto poderá ser retomado, tendo em vista que o PLO já terá sido votado.
92 Sem mais o que relatar, lavro essa ATA.
93 Joana Carolina de Borba - Secretária da Agenda 21 de Itajaí.

ATOS DO IPI

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2025



JORNAL DO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

Instituído na forma dos parágrafos 1 e 3 do artigo 54, da Lei Orgânica, na redação
introduzida pela Emenda nº 07/97, está regulamentado pelo Decreto nº 5838, de
09 de março de 1999, com a alteração do Decreto nº 7460, de 22 de abril de 2005.

PREFEITURA DE ITAJAÍ
Rua Alberto Werner, nº 100 - Itajaí-SC

Volnei José Morastoni
Prefeito Municipal

Marcelo Almir Sodré de Souza
Vice-prefeito Municipal



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

SUMÁRIO

1. Introdução	3
2. Objetivos	3
3. Gestão Previdenciária – Pró-Gestão	4
4. Comitê de Investimentos	5
5. Meta de Rentabilidade	6
6. Modelo de Gestão	6
7. Competências dos responsáveis pela Gestão dos Recursos	7
8. Estratégia de Investimentos e Desinvestimentos	8
9. Segmento de Renda Fixa	9
10. Segmento de Renda Variável	10
11. Segmento investimento no exterior	11
12. Segmento investimento estruturados	11
13. Segmento fundo imobiliário	12
14. Vedações e Recomendações	13
15. Metodologia da Gestão de Alocação	13
16. Seleção e Precificação de Ativos	14
17. Limites de Alocação	14
18. Gestão de Riscos	16
19. Acompanhamento de Desempenho	18
20. Plano de Contingência	19
21. Política de Transparência	20
22. Credenciamento das Instituições Financeiras e Fundos de Investimento	21
23. Abertura das Carteiras e do Rating dos Ativos	22
24. Disponibilização dos Resultados	22
25. Disposições Gerais	22
ANEXO I – Cenários Econômicos	24

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

Trata, ainda, da rentabilidade esperada pelo Gestor, da adequação da carteira aos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos a vigorar no período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do IPI, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável, investimento no exterior e investimento estruturado), quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, etc., visando, igualmente, a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

O RPPS exercerá suas atividades com boa-fé, lealdade, diligência, legalidade, eficiência e transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimento, na Resolução CMN nº 4.963/2021, pela Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, na Portaria MTP nº 1.837, de 30 de junho de 2022 e, na Portaria MTP nº 1.499, de 28 de maio de 2024.

Serão considerados a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do IPI, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais e a liquidez adequada dos ativos.

Destaca-se também, o objetivo de buscar rentabilidade para os ativos da carteira em observância ao estudo ALM – *Asset Liability Management*, que por tradução livre significa: modelos para Gestão de Ativos. Diante do estudo apresentado e, conforme o mercado financeiro oscilar, esta Política permitirá ao IPI gradativamente alinhar a demanda de longo prazo para com seu passivo de longo prazo.

A aprovação dos ativos que compõem a carteira é efetuada pela gestão de investimentos auxiliado pelo Comitê de Investimentos no desempenho de suas atribuições relativas à aplicação dos recursos financeiros do IPI.

Cabe ao Conselho Municipal de Previdência – CMP, a deliberação acerca do plano anual de execução da Política de Investimentos.

3. Gestão Previdenciária – Pró-Gestão

O Instituto de Previdência de Itajaí obteve a certificação do Pró-Gestão Nível II e manteve-se na condição de Investidor Qualificado. A adoção de

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

1. Introdução

Atendendo a legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o Instituto de Previdência de Itajaí – IPI, (CNPJ 04.984.818/0001-47) apresenta a versão final da Política de Investimentos de 2025, devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência – CMP, em 11/12/2024, Ata N° 302.

A Política de Investimentos estabelece a forma de gerenciamento dos recursos financeiros. Nela estão inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão de investimentos com base na Resolução CMN nº 4.963/2021, pela Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, na Portaria MTP nº 1.837, de 30 de junho de 2022 e, na Portaria MTP nº 1.499, de 28 de maio de 2024, levando em conta fatores de risco, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

A Política de Investimentos traz em seu contexto principal os limites de alocação de ativos financeiros consoante legislação em vigor. Além disso, introduz vedações específicas e planos de contingência que visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação de recursos em produtos e ativos adequados às necessidades atuariais, buscando manter o equilíbrio financeiro entre ativo e passivo, do Instituto de Previdência de Itajaí.

2. Objetivos

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do IPI em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação dos mesmos aos órgãos reguladores do Sistema e aos participantes. Busca se adequar as mudanças ocorridas no âmbito do sistema de previdência dos Regimes Próprios e as mudanças advindas do próprio mercado financeiro.

É um instrumento que proporciona à gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos.

Visa também proporcionar transparência de modo a que todos aqueles que direta ou indiretamente interessam ciência dos resultados alcançados.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

melhores práticas de Gestão Previdenciária tem o objetivo de proporcionar maior controle dos ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Objetiva garantir, também, que os envolvidos no processo decisório do IPI respeitem os códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, compete ao Gestor e ao Comitê de Investimento a elaboração da Política de Investimentos, submetendo-a aprovação do Conselho Municipal de Previdência - CMP, órgão superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com as normas vigentes, esta Política de Investimentos estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração do IPI, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

4. Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MPS nº 440/13, Portaria MTP nº 1.467/2022 e da Lei Complementar nº 13/2001, o Comitê de Investimento do IPI é formado por no mínimo 5 (cinco) membros nomeados pelo Diretor(a) Presidente e aprovados pelo Conselho Municipal de Previdência - CMP. O Comitê de Investimentos, órgão auxiliar do IPI e do Conselho Municipal de Previdência - CMP, quanto à aplicação dos recursos financeiros do RPPS de Itajaí, com participação no processo decisório de formulação e de execução da política de investimentos.

O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implantação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto ao Gestor e ao CMP.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

modelo de gestão própria em conformidade com o inciso I, do parágrafo 1º, artigo 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021 e suas respectivas alterações. Define, portanto, que a macro estratégia será elaborada pelo Gestor consultando o Comitê de Investimentos.

7. Competências dos responsáveis pela Gestão dos Recursos

Buscando atender ao disposto no parágrafo 6º, do artigo 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021 e ao art. 86, §2º da Portaria MTP 1.467/2022, o IPI define competências de todos os agentes participantes do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre os investimentos do RPPS.

7.1. Diretoria de Investimentos: Executar os investimentos e desinvestimentos com base na legislação vigente e na Política de Investimentos; consultivamente com as decisões do Comitê de Investimentos no processo decisório. Propor e apresentar ao Comitê de Investimentos e ao CMP a Política de Investimentos, com as diretrizes e formas de gerenciamentos dos investimentos.

7.2. Conselho Municipal de Previdência (CMP): Aprovar a Política de Investimentos, estabelecendo normas para a aplicação de recursos previdenciários disponíveis, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do RPPS.

7.3. Comitê de Investimentos: O Comitê de Investimentos, órgão auxiliar do IPI e do Conselho Municipal de Previdência - CMP, quanto à aplicação dos recursos financeiros do RPPS de Itajaí, com participação no processo decisório de formulação e de execução da política de investimentos.

7.4. Consultoria de Investimentos: Fornecer sistema online, disponibilizando todos os relatórios oriundos do serviço da consultoria e controladoria prestados, possibilitando a impressão e a guarda na forma de arquivos digitais, acessado por login e senha. Subsidiar os participantes do processo de gestão dos recursos, com cenários macroeconômicos para a tomada de decisão em relação aos investimentos. Auxiliar na elaboração da Política de Investimentos, na análise de produtos financeiros quando solicitado, no credenciamento das

Política de Investimento – 2025

7

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

instituições e dos fundos de investimentos, no enquadramento das instituições e ativos e avaliação do risco da carteira.

7.5. Gestor/Administrador/Distribuidor das Instituições Financeiras: São profissionais e agentes participantes do processo de gestão dos recursos do RPPS, diretamente ou indiretamente, que terão como competência e responsabilidades:

- Assegurar que os fundos ofertados e distribuídos estejam aderentes a legislação vigente e aplicáveis ao segmento;
- Disponibilizar todo material e informação do fundo como: regulamento, lâminas de carteiras etc.
- Providenciar junto às instituições financeiras a documentação necessária ao processo de credenciamento junto aos RPPS;
- Montar o processo de cadastro e renovação do RPPS junto aos Administradores;
- Enviar e monitorar as ordens de aplicação e resgates dos clientes;
- Enviar mensalmente os extratos das aplicações financeiras;
- Realizar visitas e/ou *Conference Call*, sempre que solicitado, sobre os assuntos de interesse do cliente;
- As atribuições e responsabilidades aqui apontadas, coexistem com as estabelecidas pela legislação existente, sendo que os administradores, gestores e distribuidores de produtos financeiros, ficam incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente a essas, ainda que não estejam expressamente mencionadas nesse documento.

7.6. Conselho Fiscal: Órgão fiscalizador responsável por examinar os atos dos gestores e, em especial, emitir pareceres sobre balanços, balanços de contas e atos de gestão econômica financeira e demonstrativos financeiros e atuariais.

8. Estratégias de Investimento e Desinvestimento

Embora o Instituto de Previdência de Itajaí busque investimentos que atendam suas necessidades atuariais no longo prazo, o Gestor poderá realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, buscando maximizar rendimento ou minimizar possíveis perdas.

Política de Investimento – 2025

8

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

Para a gestão dos recursos serão adotados critérios para investimentos e desinvestimentos, considerando-se investimento a alocação de recursos em ativo integrantes ou não da carteira e desinvestimento o resgate parcial ou total de determinado ativo da carteira.

Importante ressaltar que a rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura e nem deve ser considerada na avaliação da qualidade e da conveniência do ativo para integrar a carteira do IPI.

As regras de investimentos e desinvestimentos poderão ser flexibilizadas quando existirem poucos produtos semelhantes entre as instituições credenciadas; quando se tratar de fundo sem histórico de cotas; quando os recursos forem caracterizados como de curto prazo ou, quando se tratar de recursos referentes à taxa de administração.

Investimentos: todos os novos investimentos serão observados e realizados se objetivando a superação da meta atuarial (IPCA + 5,32%), em produtos enquadrados na Resolução CMN nº 4.963/2021. Entretanto, o objetivo almejado não é garantia de retorno, pois dependerá, dentre outros, dos cenários macroeconômico, conjuntural, político, global, entre outros. Assim sendo, nem sempre o mercado ofertará produtos que garantam a superação da meta atuarial, tendo em vista fatores de risco inerentes à atividade econômica. Diante disso, o Gestor poderá atuar investindo em ativos que garantam, principalmente, o crescimento e a preservação do capital investido.

Desinvestimentos: Todos os novos desinvestimentos deverão ser realizados pelo Gestor de maneira prudente, buscando sempre um valor de cota superior à média investida. No entanto, dado os cenários macroeconômicos, conjuntural, político, global, entre outros, poderá o gestor atuar desinvestindo, desde que justificadamente comprove que, naquele momento, a recomposição da carteira com certo desinvestimento, será o mais adequado para a preservação ou aumento do capital, assim seguindo a Nota Técnica SEI N° 296/2023 MPS – (desinvestimentos com cota negativa).

9. Segmento de Renda Fixa – Art. 7 (4.963/2021).

9.1. TÍTULOS PÚBLICOS (INCISO I, a)

Política de Investimento – 2025

9

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

As operações em títulos de emissão do tesouro nacional serão realizadas por meio de plataforma eletrônica, administrada por instituição autorizada e credenciada, conforme Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP 1.467/2022.

Os Títulos Públicos que vierem a ser adquiridos deverão ser classificados e contabilizados separadamente, conforme Portaria nº 04/2018 com a marcação na curva (Títulos Públicos mantidos até o vencimento), ou marcação a mercado (Títulos Públicos para negociação). Já os atuais Títulos Públicos que já integram a carteira de ativos do IPI permanecem marcados a mercado.

9.2. FUNDOS 100% TÍTULOS PÚBLICOS (INCISOS I, b E I, c)

- a) Para investimentos: Poderá ensejar investimento no fundo quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for de no máximo 30% abaixo da performance do seu benchmark.
- b) Para desinvestimentos: Poderá ensejar desinvestimento no fundo quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for 30% abaixo da performance do seu benchmark, durante 6 (seis) meses consecutivos.

9.3. FUNDOS DE RENDA FIXA – GERAL (INCISOS III, a E III, b)

- c) Para investimentos: Poderá ensejar investimento no fundo quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for de no máximo 30% abaixo da performance do seu benchmark.
- d) Para desinvestimentos: Poderá ensejar desinvestimento no fundo quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for 30% abaixo da performance do seu benchmark, durante 6 (seis) meses consecutivos.

10. Segmento de Renda Variável – Art. 8 (4.963/2021).

10.1 – FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL (INCISOS I, a E I.b):

Nos fundos de renda variável as estratégias de investimento e desinvestimento estarão vinculadas às análises dos emissores e do cenário

Política de Investimento – 2025

10



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

macroeconômico no momento da tomada de decisão. Assim, não haverá diretriz para resgates e aplicações, ficando a gestão com amparo do Comitê de Investimentos responsável pela condução nos processos de investimento e desinvestimento, observados os limites da Resolução CMN nº 4.963/2021, além dos limites estabelecidos nesta Política de Investimentos.

11. Segmento de Investimento no exterior – Art. 9 (4.963/2021).

11.1 – FUNDOS DE RENDA FIXA – DÍVIDA EXTERNA (INCISO I):

- a) Para investimentos: Poderá ensejar investimento no fundo quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for de no máximo 30% abaixo da performance do seu benchmark.
- b) Para desinvestimentos: Poderá ensejar desinvestimento no fundo quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for 30% abaixo da performance do seu benchmark, durante 6 (seis) meses consecutivos.

11.2 – FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL (INCISOS II E III):

Nos fundos de renda variável as estratégias de investimento e desinvestimento estarão vinculadas às análises dos emissores e do cenário macroeconômico nacional e internacional no momento da tomada de decisão. Assim, não haverá diretriz para resgates e aplicações, ficando a gestão com amparo do Comitê de Investimentos responsável pela condução nos processos de investimento e desinvestimento, observados os limites da Resolução CMN nº 4.963/2021, além dos limites estabelecidos nesta Política de Investimentos.

12. Segmento de Investimentos estruturados – Art. 10 (4.963/2021).

12.1 – FUNDOS MULTIMERCADO - ABERTO (INCISO I):

Política de Investimento – 2025

11

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

14. Vedações e Recomendações

A gestão de investimentos, além de seguir todas as diretrizes, normas, definições e classificações dos produtos de investimentos impostas pela Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MPS nº 519/2011 e, Portaria MTP 1.467/2022 com suas respectivas alterações, deverá obedecer à seguinte vedação imposta por esta Política de Investimentos:

- a) Vedada a aplicação em fundos FIDC, art. 7, inciso V, a – Fundo de Investimento em direitos creditórios;
- b) Vedada a aplicação em fundos de investimento estruturado, art. 10, inciso III – FI AÇÕES – MERCADO DE ACESSO;
- c) Vedada aplicação em fundos que contenham crédito privado em sua composição, com classificação abaixo de (BBB) por agência classificadora de risco estrangeira;
- d) Vedado operar com desinvestimento em dias de "stress do mercado", ou seja, resgatando de ativos de positiva e histórica rentabilidade.

15. Metodologia de Gestão da Alocação.

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos.

Os cenários de investimento foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas.

As premissas serão revistas periodicamente e serão atribuídas probabilidades para a ocorrência de cada um dos cenários: Para as estratégias de curto prazo, a análise se concentrou na aversão ao risco, em eventos específicos do quadro político e nas projeções para inflação, taxa de juros, atividade econômica e contas internas e externas. A visão de médio e longo prazo procurou dar maior peso às perspectivas para o crescimento da economia brasileira e mundial, para a situação geopolítica global, para a

Política de Investimento – 2025

13

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

- a) Investimentos: Para novas alocações no fundo a performance mínima em 12 (doze) meses poderá ser de 95% do benchmark.
- b) Desinvestimentos: Poderá ensejar desinvestimento no fundo quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for 5% abaixo da performance do seu benchmark, durante 6 (seis) meses consecutivos.

12.2 – FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES (INCISO II):

- a) Será feita uma avaliação se o produto atende todas as exigências previstas no parágrafo 1º, do artigo 10 da Resolução CMN nº 4.963/2021.

12.2.1. Nos FIP (Fundos de Investimentos em Participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, deverá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a liquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de *Due Diligence* presencial.

13. Segmento de Fundos Imobiliários – Art. 11 (4.963/2021).

- a) Para aplicações em FII (Fundos de Investimentos Imobiliário), será necessário ter suas cotas negociadas nos pregões de bolsa de valores.

13.1. Nos FII (Fundos de Investimentos Imobiliários), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, deverá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a liquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de *Due Diligence* presencial.

Política de Investimento – 2025

12

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

estabilidade do cenário político e para a solidez na condução da política econômica.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a estratégia para as decisões de alocação terá como obstinação a satisfação da meta atuarial no acumulado de 5 (cinco) anos, aliada a avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

Quanto à metodologia e os critérios adotados para precificação dos ativos utilizar-se-á como fonte de referência o manual dos administradores e custodiantes.

16. Seleção e precificação de ativos

Para a seleção dos produtos deverá ser elaborado credenciamento contemplando as exigências principais do credenciamento de instituições e fundos.

A precificação dos ativos que trata o inciso V, do artigo 4º da Resolução CMN nº 4.963/2021, será efetuada com base nas informações divulgadas pelos órgãos responsáveis, tais como B3, CVM e ANBIMA.

17. Limites de Alocação

17.1. A Resolução CMN nº 4.963/2021, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados, Fundos Imobiliários e Empréstimos Consignados. Diante das características de suas obrigações, seus objetivos, o grau de maturação e o cenário macroeconômico esperado, a PI define a seguinte estratégia alvo na tabela seguinte para os investimentos

17.2. Adicionalmente, ressalta-se que o Instituto de Previdência de Itajaí aderiu ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS – Pró-Gestão, atingindo a certificação Nível II, elevando assim os limites segundo a Resolução CMN Nº 4.963/2021 e suas respectivas alterações.

Política de Investimento – 2025

14

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 4.963/2021 E NÍVEL II – PRÓ-GESTÃO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ESTRATÉGIA ALVO
ARTIGO 7º - SEGMENTO DE RENDA FIXA				
I, a - TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100%	0%	100%	53,5%
I, b - FI 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100%	0%	100%	7%
I, c - ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100%	0%	100%	0%
II - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	5%	0%	5%	0%
III, a - FI RENDA FIXA - GERAL	70%	0%	70%	3%
III, b - ETF - ÍNDICES DE RENDA FIXA - GERAL	70%	0%	70%	0%
IV - ATIVOS DE RF DE EMISSÃO DE INST. FINANC. BANCÁRIAS	20%	0%	20%	18%
V, a - FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR	10%	0%	10%	0%
V, b - FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO"	10%	0%	10%	0,5%
V, c - FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA	10%	0%	10%	0%
ARTIGO 8º - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL				
I, a - FI AÇÕES	40%	0%	40%	6%
I, b - ETF - ÍNDICES DE AÇÕES	40%	0%	40%	1,5%
ARTIGO 9º - SEGMENTO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR				
I - FUNDO DE RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA	10%	0%	10%	0%
II - FI - SUFÍXIO "INVESTIMENTO NO EXTERIOR"	10%	0%	10%	6%
III - FI DE AÇÕES - BDR NÍVEL 1	10%	0%	10%	1%

Política de Investimento – 2025

15

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio.

B. Value at Risk - VaR: sintetiza a maior perda esperada para a carteira no intervalo de um dia. Seu cálculo baseia-se na média e no desvio padrão dos retornos diários da Carteira, e supõe que estes seguem uma distribuição normal.

C. O controle de risco global da carteira será **mensal**, suportando parâmetros **máximos** acumulados dos últimos 12 meses de:

VOL	7%
VAR	11%

18.2. RISCO DE CRÉDITO

A. Os ativos de crédito privado que compõem a carteira de investimento e seus respectivos emissores devem ser considerados de baixo risco de crédito, preferencialmente, com classificação mínima (BBB) por agência classificadora de risco estrangeira.

B. Em relação aos investimentos em FIDC - Cota Sênior, preferencialmente, com classificação mínima (A) por agência classificadora de risco estrangeira.

C. O IPI, atendendo a legislação vigente, estabelece como limite para investimentos em títulos privados, de emissão de uma mesma pessoa jurídica ou de um mesmo conglomerado econômico ou financeiro, 20% dos seus recursos por emissor.

18.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Considerando a característica dos investimentos do RPPS, o risco de liquidez a ser mitigado é a possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento das obrigações futuras. Levando-se em consideração a posição atual e os fluxos futuros, fica estabelecido que o limite mínimo de liquidez para os fundos de investimento da carteira será de 30% do patrimônio líquido com prazo menor de 90 dias. Já para os TPF marcados na curva, notadamente por sua característica, respeitará os limites de liquidez apontados no estudo ALM.

18.4. STRESS TEST

Política de Investimento – 2025

17

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

ARTIGO 10º - SEGMENTO DE INVESTIMENTO ESTRUTURADO				
I - FI MULTIMERCADO - ABERTO	10%	0%	10%	1,5%
II - FI EM PARTICIPAÇÕES	5%	0%	5%	2,0%
III - FI "AÇÕES - MERCADO DE ACESSO"	5%	0%	5%	0%
ARTIGO 11º - SEGMENTO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS				
FI IMOBILIÁRIOS	10%	0%	10%	0%
ARTIGO 12º - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO				
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	10%	0%	10%	0%

17.3. A Estratégia Alvo do Instituto de Previdência de Itajaí foi montada de acordo com a expectativa dos cenários econômicos apresentados no anexo 1 desta Política de Investimento. Diante disso, ressaltamos que, a estratégia alvo a ser perseguida pela Gestão do IPI ao longo de 2025, não é vertente de limitação de atuação, haja vista, já ter a resolução 4.963/2021 para isso. Portanto, ao longo de 2025, a estratégia poderá variar de acordo com o cenário econômico, buscando notadamente, não ficar muito distante do proposto como alvo nessa Política de Investimentos.

18. Gestão de Riscos

O Instituto de Previdência de Itajaí atendendo o previsto no artigo 4º, inciso VI da Resolução CMN nº 4.963/2021, estabelece em sua Política de Investimentos regras que permitam identificar, mensurar e controlar os riscos aos quais os investimentos estão expostos. Abaixo apresentamos os critérios que serão utilizados para a gestão de riscos da carteira do IPI:

18.1. RISCO DE MERCADO

A. Volatilidade Anualizada: é o Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa

Política de Investimento – 2025

16

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

Buscando complemento na avaliação do cenário de risco, ao qual a carteira está exposta, deverá ser aplicado um *Stress Test* para estimar a perda que o RPPS incorreria em um cenário de forte estresse no mercado.

Vale ressaltar que todos os controles de riscos citados anteriormente, somados a outros analisados mensalmente, devem ser analisados em conjunto com os eventos relacionados ao mercado financeiro, tendo em vista a possibilidade de riscos imprevisíveis sistêmicos e não sistêmicos.

19. Acompanhamento de Desempenho

Avaliar o resultado de uma carteira não consiste apenas em comparar o resultado obtido com seus ativos. Além de avaliar o retorno, as métricas de risco acima mencionadas, também devemos olhar as medidas de desempenho. O Instituto de Previdência de Itajaí fará o acompanhamento mensal, trimestral e acumulado dos últimos 12 (doze) meses das seguintes métricas de desempenho:

19.1. Beta: avalia a sensibilidade da Carteira em relação ao risco do mercado como um todo, representado pelo Índice Ibovespa. Calculando o Beta da Carteira, tem-se uma estimativa da sua exposição ao total desse risco.

19.2. Sharpe: quantifica a relação entre a Volatilidade da Carteira (desvio padrão) e seu retorno excedente a um ativo livre de risco. Assim, esse indicador aponta o percentual de rentabilidade que a Carteira teve acima, devido à sua maior exposição ao risco.

19.3. Tracking Error: mensura o quão aderente a Carteira é ao seu Benchmark.

19.4. Treynor: similar ao Sharpe, porém, utiliza o risco do mercado (Beta) como o índice de risco para o cálculo. Valores negativos indicam que a Carteira teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado.

19.5. Draw-Down: auxilia a determinar o risco de um investimento ao medir seu declínio desde o valor máximo alcançado pelo ativo, até o valor mínimo atingido em determinado período de tempo. Para determinar o percentual de queda, o Draw-Down é medido desde que a desvalorização

Política de Investimento – 2025

18

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

começa até se atingir um novo ponto de máximo, garantindo, dessa forma, que a mínima da série representa a maior queda ocorrida no período. Quanto mais negativo o número, maior a perda ocorrida e, consequentemente, maior o risco do ativo. Já um Draw-Down igual a zero, indica que não houve desvalorização do ativo ao longo do período avaliado.

19.6. Alfa de Jensen: também uma medida do desempenho da Carteira, indicando uma boa performance caso o coeficiente seja significativamente positivo. Valores próximos de zero (tanto positivos quanto negativos) são neutros, devendo ser desconsiderados. Um coeficiente significativamente negativo aponta que o risco da Carteira não tem se convertido em maiores retornos.

20. Plano de Contingência

O IPI estabelece que poderá adotar os procedimentos abaixo relacionados, visando readequar a carteira de investimento a legislação e normas desta Política de investimentos:

20.1. Descumprimento dos limites e requisitos da legislação vigente ou da Política de Investimentos: Será efetuada a regularização logo após identificação do descumprimento à legislação vigente, com movimentações dos recursos, observando o estabelecido nos itens: 8 – Estratégias de Investimentos e Desinvestimento; 9 – Segmento de Renda Fixa; 10 – Segmento de Renda Variável; 11 – Segmento de investimentos no exterior; 12 – Segmento de investimentos estruturado; 13 – Segmento de Investimento Imobiliário; 14 – Vedações e Recomendações, visando evitar perda de rentabilidade ou exposição desnecessária a qualquer tipo de risco.

20.2. Excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos: Caso o Gestor dos recursos do IPI, perceba a existência de fatores que possam aumentar a exposição do risco com potencial perda de recursos da carteira, o Gestor deverá convocar o Comitê de Investimentos, junto com a Consultoria de Investimentos contratada, para avaliação do ajuste necessário.

20.3. Ultrapassado os limites máximos de VOL e VAR para a carteira, item 18.1, o Gestor deverá convocar do Comitê de Investimentos em 5 (cinco)

Política de Investimento – 2025

19

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

A gestão de investimentos reunirá-se rotineiramente objetivando avaliar a performance das aplicações financeiras, discutir eventuais alternativas de novos investimentos e mudanças de cenário econômico. Para esse fim, poderão ser chamados gestores e representantes das instituições onde os recursos estão alocados e/ou a consultoria de investimentos.

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o IPI no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado e do enquadramento das aplicações dos recursos, de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários e seguir o determinado na Resolução.

22. Credenciamento das Instituições Financeiras e Fundos de Investimento

Para o credenciamento das instituições financeiras que comercializam produtos de investimentos deverão ser observados o montante do Patrimônio Líquido em fundos dirigidos aos RPPS sob sua administração.

O parecer emitido pela gestão de investimentos do IPI para apreciação do Comitê de Investimentos deverá conter os seguintes critérios de avaliação:

- Análise das medidas de risco;
- Análise dos índices de performance;
- Análise dos índices de eficiência;
- Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e análise do relatório de agência de risco (se houver);
- Análise da carteira do fundo em relação aos respectivos benchmarks. Quando incluir ativos de crédito, verificar a concentração por emissor, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos.

Ainda, serão adotados no processo para credenciamento, seguindo a Resolução 4.963/2021, os Questionários *Due Diligence* da ANBIMA (QDD Anbima).

Política de Investimento – 2025

21

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

dias úteis, da divulgação do último relatório, para definição das medidas necessárias a serem adotadas.

20.4. Fica vedado ao Gestor operar com desinvestimento em dias de "stress do mercado", ou seja, resgatando de ativos de positiva e histórica rentabilidade.

20.5. Para fundos com investimento novo, ou seja, sem nenhum recurso aplicado, será adotado além dos modelos citados (Gestão de Risco item 18 e de Acompanhamento de desempenho item 19), uma análise muito mais detalhada, acrescentando, por exemplo: Porte da Instituição Financeira, rating, experiência do Administrador, experiência do Gestor, Custodiante, volume de recursos, número de cotistas, lâmina, regulamento, entre outros, para subsidiar e dar robustez analítica para a tomada de decisão.

Salientamos que tanto as medições estatísticas de acompanhamento de desempenho como as medições estatísticas de Gestão de Risco, vista anteriormente, caminharam ao lado do acompanhamento do Mercado Financeiro e fatores que os influenciam, dentre eles: Mercado Microeconômico Nacional, Mercado Microeconômico Internacional, assim como: Cenário Político Nacional e Cenário Político Internacional, entre outros. Importante aqui destacar, que toda a análise não pode ser feita sob uma única ótica, Mercado ou Estatístico, elas têm que ser analisadas de forma complementar, observando as movimentações em cada uma, para que o Gestor, possa interpretá-las e usá-las a favor da maximização dos rendimentos e minimização dos prejuízos para a Carteira do IPI.

21. Política de Transparência

O Instituto de Previdência de Itajaí busca com sua Política de Investimentos estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos métodos para o credenciamento das instituições financeiras e os produtos por elas ofertados, criadas rotinas periódicas de envio das informações destas instituições e dos produtos que receberam recursos e normas para divulgação de resultados.

Política de Investimento – 2025

20

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ**23. Abertura das Carteiras e do Rating dos Ativos**

As instituições credenciadas que comercializarem produtos de investimento com o IPI, independente do segmento, deverão remeter as carteiras de investimento dos respectivos fundos de forma aberta sempre que solicitado, para que seja possível examinar o nome dos ativos, vencimentos, taxa de negociação, valor de mercado dos ativos, bem como o percentual de participação na carteira do fundo. Além disso, deverão enviar ao IPI os arquivos para apuração do risco da carteira.

24. Disponibilização dos Resultados

O Instituto de Previdência de Itajaí disponibilizará em seu site eletrônico (ipi.itajai.sc.gov.br) relatórios mensais para que os resultados possam ser acompanhados pelo ente e pelos servidores municipais.

25. Disposições Finais

Essa Política foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para esse exercício, considerando as projeções microeconômica e macroeconômicas no intervalo de doze meses. Caso sejam necessárias revisões ou ajustes perante mudanças de cenário ou de legislação, estas serão justificadas. Caso aconteça alteração na legislação vigente, o IPI passará a adotar em sua Política de Investimento as novas diretrizes sem que necessariamente seja alterado o texto desta Política de Investimento. Contudo, os pontos que permanecerem semelhantes, ou os itens não citados na legislação, mas que fazem parte desta Política de Investimento, e que servem como trava de segurança, a exemplo, vedações e regras de investimentos, deverão permanecer inalterados.

O rendimento das aplicações dos recursos em ativos financeiros integrantes da carteira do IPI, deverão custear as despesas diretas e indiretas decorrentes dos investimentos.

As estratégias macro, definidas nesta Política de Investimentos, deverão ser integralmente adotadas pela gestão de investimentos que, de acordo com

Política de Investimento – 2025

22



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas de curto, médio e longo prazo, de modo a tentar atingir ou superar a meta atuarial.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ


MARIA ELISABETH BITTENCOURT

Diretora Presidente


JEAN POLIDORO

Diretor de Investimentos

Política de Investimento – 2025

23

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

ANEXO

CENÁRIO ECONÔMICO

MUNDO – A mudança na estratégia da política monetária global começou a tomar forma em 2024. Esperava-se a flexibilização dos juros no início do ano, mas a elevação inesperada dos preços na economia americana exigiu maior prudência no controle monetário. De maneira geral, permanece a preocupação com a persistência inflacionária de curto prazo, particularmente no setor de serviços e nos custos salariais. A nova etapa do ciclo monetário indica um ritmo mais lento da queda dos juros, mantendo a atenção sobre os níveis de restrição da demanda.

Ao mesmo tempo, bancos centrais, como o do Brasil, precisam atuar de maneira mais cautelosa em relação aos riscos internos e externos, devido à influência do diferencial das taxas de juros e à depreciação da moeda em relação ao dólar.

ESTADOS UNIDOS – A projeção revisada para a economia americana aponta um ritmo de desaceleração dos preços em 2024 e 2025. O possível resfriamento gradual do mercado de trabalho deve auxiliar na convergência dos preços, mas os custos de habitação, que continuam afetando o núcleo da inflação, serão monitorados de perto.

Em 2024, a renda do trabalho foi um fator que contribuiu para a elevação do consumo e revisões alistas do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, com a continuidade dos efeitos contracionistas da política monetária e a maior probabilidade de extinção do impulso fiscal observado nos últimos anos, a atividade econômica deve mostrar sinais de arrefecimento.

O novo ciclo econômico limita as despesas de capital e as contratações, com expectativas de aumento na taxa de desemprego. Nesse contexto, o Federal Reserve (Fed) tem dois objetivos principais: a estabilidade dos preços e a criação de melhores condições econômicas que promovam a maximização do emprego. O cenário base é de desaceleração da inflação, mas com

Política de Investimento – 2025

24

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

dificuldade em trazer o indicador à meta em 2025. Por outro lado, talvez a taxa de juros esteja demasiadamente restritiva, e poderia prejudicar a robustez recente da economia. Por isso, espera-se uma redução dos juros mais comedida, dependendo da evolução dos dados econômicos.

O retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos pode impactar o cenário macroeconômico, com pressões inflacionárias e maior crescimento do PIB devido às propostas de cortes de impostos, expansão fiscal e tributação de produtos importados. No entanto o Congresso pode dificultar as promessas. Esse ponto de vista ocorre devido a maior vulnerabilidade econômica no que diz respeito ao maior déficit orçamentário e dívida pública elevada. O contexto pode gerar reações negativas como pressão sobre o Federal Reserve em manter juros mais altos e piores perspectivas do mercado que exigiria maior prêmio para os títulos de dívida do governo. O ponto positivo que ameniza o futuro da economia americana é a autonomia do Federal Reserve, que aparentemente deverá ser respeitado por Trump.

ZONA DO EURO – No início de 2024, a Zona do Euro ainda enfrentava obstáculos para conter a pressão inflacionária. Por essa razão, o Banco Central Europeu (BCE) foi impedido de flexibilizar a política monetária. Consequentemente, a perspectiva para a economia era um enfraquecimento acelerado. Embora o setor de serviços sugerisse uma melhora para o bloco europeu, a manufatura atuou como contraparte, ao esmaecer no tempo, especialmente na Alemanha.

O BCE já sinalizou a incapacidade de ancoragem da meta da inflação este ano, exigindo maior prazo para cumprir seus objetivos. No entanto, com uma projeção mais benigna de desaceleração dos preços para o próximo ano, a expectativa é de mudança em 2025. A atividade na Zona do Euro pode ter atingido o patamar mais baixo, devido à fragilidade das atividades econômicas, mas o otimismo pode se materializar com a resiliência do setor de serviços, impulsionado por salários reais moderados e uma possível flexibilização das condições monetárias.

CHINA – Apesar da continuidade dos estímulos do governo em 2024, além da redução dos juros e do compulsório pelo Banco Popular da China, a demanda

Política de Investimento – 2025

25

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

interna permaneceu fraca, conforme menor confiança do consumidor. As incertezas prevalecem sobre a economia, devido às dificuldades de solucionar os problemas imobiliários e à dependência da demanda externa.

O país afastou da situação deflacionária e estimulou o setor industrial, resultando em balanço comercial positivo. No entanto, a possibilidade de encontrar mais barreiras comerciais remetem mais desafios para 2025, pois desestabiliza os preços e as expectativas de inflação, gerando mais empecilhos para dimensionar a condição monetária do país.

Em 2025, espera-se uma desaceleração do PIB, resultado da perda de dinamismo no crescimento da produtividade e da falta de consolidação da confiança interna, enfraquecendo a capacidade de investimentos. A perspectiva para a economia chinesa está sujeita a alguns riscos: pelo lado positivo, um maior suporte via gastos do governo pode impulsionar a demanda; no lado negativo, uma desaceleração mais persistente do setor imobiliário pode aprofundar a falta de investimentos e minaria ainda mais o nível de confiança da população. Por fim, um menor crescimento chinês pode ter repercussões internacionais por meio do comércio de commodities.

CENÁRIO ECONÔMICO INTERNO

BRASIL – A trajetória fiscal brasileira é um dos fatores que deterioram as expectativas de equilíbrio econômico para o próximo ano. Medidas governamentais foram adotadas para contornar as regras do arcabouço fiscal, reduzindo a credibilidade e comprometendo a capacidade de gerar equilíbrio nas contas públicas. Talvez o governo esteja produzindo uma crise a partir de medidas paliativas e estímulos para fiscais, que se tornarão insustentáveis no longo prazo.

O desajuste no nível de arrecadação e a falta de controle dos gastos permanecerá como fator recorrente de avaliação do futuro do país, pois promove elevação da dívida pública. A desconfiança com o arcabouço fiscal e crescente dívida pública geram mais preocupações com a inflação e exigem uma taxa de juros mais alta. Além disso, o conflito entre os Poderes do Estado deteriora institucionalmente o país, com o Executivo recorrendo ao Judiciário

Política de Investimento – 2025

26



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

quando o Congresso não aprova alguma medida ou o excesso de emendas para a aprovação dos parlamentares. O desbalançamento entre os poderes gera instabilidade política, provocando insegurança para os investimentos e possível desestruturação fiscal.

A atividade econômica brasileira apresentou um desempenho acima do esperado durante o ano. Apesar da tragédia no Rio Grande do Sul, a economia deve se manter sólida no segundo semestre, mesmo com resultados mais modestos. Com um mercado de trabalho robusto e uma menor taxa de desemprego, houve um excesso de gastos do consumidor com o aumento da massa salarial. Somado aos maiores gastos do governo, os fatores criaram uma assimetria de riscos que inclina o mercado a realizar projeções de maior inflação no tempo.

Uma economia excessivamente aquecida e o processo de desencorajem da inflação em relação à meta tornam o país mais vulnerável a um novo ciclo de elevação de juros. Dado que a conjuntura atual favorece a valorização do dólar, a resposta apropriada seria uma gestão eficiente dos gastos públicos e melhores esforços para recuperar a confiança do governo.

De maneira geral, a resiliência da economia global atenuou os riscos, mas as perspectivas continuam inclinadas para o lado negativo em meio às incertezas. Embora o cenário base seja um *soft landing* nos Estados Unidos, é importante considerar a possibilidade, ainda que remota, de uma desaceleração mais acentuada. Ademais, o agravamento de conflitos ou uma escalada nas tensões geopolíticas podem ter impactos adversos sobre a economia, especialmente no comércio de commodities e nas relações entre países.

Política de Investimento – 2025

27

Valor: R\$ 12.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 16 de dezembro de 2024.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 13.458, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 7.609, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023, PARA ATENDER AS DESPESAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 7.609, de 27 de dezembro de 2023, e, considerando o teor do processo administrativo nº 365340/2024-e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 67.243,82 (sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e oitenta e dois centavos), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento municipal vigente, para suprir despesas referente à construção da sede do Instituto de Previdência de Itajaí:

Órgão: 28000 – Instituto de Previdência de Itajaí – IPI
Unidade orçamentária: 28029 – Taxa de Administração RPPS
Funcional-programática: 4.122.1
Ação: 1.79 – Construção de Sede Própria para o IPI
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00/611
Fonte: 62805 – Destinação: 2.802.7000
Valor: R\$ 67.243,82

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no art. 1º, no valor de R\$ 67.243,82 (sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e oitenta e dois centavos), será coberto por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 28000 – Instituto de Previdência de Itajaí – IPI
Unidade orçamentária: 28029 – Taxa de Administração RPPS
Funcional-programática: 4.122.1
Ação: 1.79 – Construção de Sede Própria para o IPI
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00/610
Fonte: 62805 – Destinação: 2.802.7000
Valor: R\$ 67.243,82

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 17 de dezembro de 2024.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 13.459, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 7.609, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023, PARA ATENDER AS DESPESAS DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no Art. 6º, inciso IV, §2º, da Lei Municipal nº 7.609, de 27 de dezembro de 2023, e, considerando o teor do processo administrativo nº 355808/2024-e,

DECRETA:

ATOS DA PROCURADORIA

DECRETO Nº 13.457, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 7.609, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023, PARA ATENDER AS DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 7.609, de 27 de dezembro de 2023, e, considerando o teor do processo administrativo nº 359790/2024-e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento municipal vigente, para cobrir despesas referente ao Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura:

Órgão: 6000 – Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Unidade orçamentária: 6006 – Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Funcional-programática: 4.122.1
Ação: 2.25 – Serviços Públicos Concedidos
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.91.00.00/82
Fonte: 1 – Destinação: 1.500.7000
Valor: R\$ 12.800,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no art. 1º, no valor de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), será coberto por conta da anulação da seguinte dotação:
Órgão: 6000 – Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Unidade orçamentária: 6006 – Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Funcional-programática: 4.122.1
Ação: 2.25 – Serviços Públicos Concedidos
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00/83
Fonte: 1 – Destinação: 1.500.7000

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar até o limite de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento municipal vigente, referente ao saldo apurado no exercício anterior, para cobrir despesas de custeio do SEMASA:
Órgão: 29000 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA

Unidade orçamentária: 29029 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA

Funcional-programática: 4.122.10

Ação: 2.174 – Apoio Administrativo ao SEMASA

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00/773

Fonte: 606290 – Destinação: 2.899.7000

Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 29000 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA

Unidade orçamentária: 29029 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA

Funcional-programática: 17.512.10

Ação: 2.175 – Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água (SAA)

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00/739

Fonte: 606290 – Destinação: 2.899.7000

Valor: R\$ 200.000,00

Órgão: 29000 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA

Unidade orçamentária: 29029 – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura - SEMASA

Funcional-programática: 28.846.10

Ação: 0.6 – PASEP - SEMASA

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00/797

Fonte: 606290 – Destinação: 2.899.7000

Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no art. 1º, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), será coberto com recurso proveniente do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 17 de dezembro de 2024.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI

Prefeito Municipal

GASPAR LAUS

Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 13.460, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 7.609, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023, PARA ATENDER AS DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no Art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 7.609, de 27 de dezembro de 2023, e, considerando o teor do processo administrativo nº 366222/2024-e,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento municipal vigente, referente à despesa com a folha dos ACT's:

Órgão: 9000 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 9009 – Secretaria Municipal de Educação

Funcional-programática: 12.365.4

Ação: 2.235 – Manutenção da Educação Infantil - Pré

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00/279

Fonte: 1018 – Destinação: 1.540.1070

Valor: R\$ 3.100.000,00

Órgão: 9000 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 9009 – Secretaria Municipal de Educação

Funcional-programática: 12.365.4

Ação: 2.40 – Manutenção da Educação Infantil - Creche

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00/260

Fonte: 1018 – Destinação: 1.540.1070

Valor: R\$ 600.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no art. 1º, no valor de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), será coberto por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 9000 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 9009 – Secretaria Municipal de Educação

Funcional-programática: 12.365.4

Ação: 2.235 – Manutenção da Educação Infantil - Pré

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00/280

Fonte: 1019 – Destinação: 1.540.7000

Valor: R\$ 3.100.000,00

Órgão: 9000 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade orçamentária: 9009 – Secretaria Municipal de Educação

Funcional-programática: 12.365.4

Ação: 2.40 – Manutenção da Educação Infantil - Creche

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00/261

Fonte: 1019 – Destinação: 1.540.7000

Valor: R\$ 600.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 17 de dezembro de 2024.


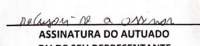

VOLNEI JOSÉ MORASTONI

Prefeito Municipal

GASPAR LAUS

Procurador-Geral do Município

ATOS DA SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

 MUNICÍPIO DE ITAJAÍ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária 88304-053 - Itajaí - Santa Catarina	AUTO DE INFRAÇÃO 1009/2024 DATA: 16/12/2024 HORA: 14:06
AUTUADO MAYSA BRENNNA RODRIGUES DE CASTRO NUNES LOCAL DA INFRAÇÃO BENJAMIM DAGNONI, N595 - RIO DO MEIO DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO DESCUMPRIMENTO DA INTIMAÇÃO N. 1146/2024 (OCUPAÇÃO IRREGULAR DO PASSEIO PÚBLICO).	CPF/CNPJ 53.834.930/0001-07 CADASTRO/INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA 216.010.01.0400.0001.000
FICA O SUPRA IDENTIFICADO NOTIFICADO A RECOLHER AOS COFRES PÚBLICOS A IMPORTÂNCIA DE 05 (CINCO) UFM (UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO) EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA - OU APRESENTAR DEFESA, NO MESMO PRAZO - SOB PENA DE INSCRIÇÃO DO REFERIDO VALOR EM DÍVIDA ATIVA PARA POSTERIOR COBRANÇA JUDICIAL.	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Decreto 13.097/2023 – Art. 1º - O valor da Unidade Fiscal do Município - UFM para o ano de 2024 fica atualizado para R\$ 230,34 (duzentos e trinta reais, trinta e quatro centavos), devendo ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2024, a toda a legislação municipal expressa em UFM. Lei 2734/1992 - Art. 144 - Quando as multas forem impostas de forma regular e através de meios hábeis, e quando o infrator se recusar a pagá-las, esses débitos serão imediatamente inscritos em Dívida Ativa, para cobrança judicial. Lei 2734/1992 - Art. 148 - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a tiver determinado. Lei 2763/1992 - Art. 170 - As penalidades aplicáveis pelo descumprimento da disposto no presente Código consistirão na aplicação de multas, de 01 (uma) a 100 (cem) UFM's - Unidades Fiscais do Município, a critério da Municipalidade, independente a obrigação de ajustar-se o infrator às disposições da presente Lei. Lei 2734/1992 - Art. 137 - Na infração de qualquer dispositivo deste Código e demais disposições legais, poderão se impostas multas correspondentes de 01 (uma) a 100 (cem) UFM's - Unidades Fiscais do Município, ou seu sucedâneo, em vigor na data da autuação. Lei 2734/1992 - Art. 112 - A intimação terá lugar sempre que for necessário fazer cumprir qualquer dispositivo desta Lei, do Código de Obras e da Lei de Zoneamento e Uso do Solo. § 3º - Decorrido o prazo fixado, e no caso da não cumprimento da intimação, será aplicada a penalidade cabível.	
RECEBIDO EM 16/12/2024	
 ASSINATURA DO AUTUADO OU DE SEU REPRESENTANTE	 ANDRÉ LEONARDO VOSS AUDITOR FISCAL MUNICIPAL MATRÍCULA 2347701
NOME: CPF:	
O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando https://itajai.prefeituras.net/login . Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.	



ATOS DA SEC. SAÚDE

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ADITIVO

ONDE SE LÊ:

EXTRATO: 082/2024 002 RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE 01/12/2024 A 30/11/2025

NOME: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ

CONTRATADA: CONVIVER RESIDENVIA INCLUSIVA LTDA

CNPJ: 17.XXX.XXX/XXXX-XX

FUNDAMENTO LEGAL: NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021.

NÚMERO DO PROCESSO: SIPE Nº 267585/2024-E

DATA DE ASSINATURA: 01/12/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS NO TRATAMENTO E ACOLHIMENTO DE PESSOAS PORTADORAS DE DÉFICIT INTELECTUAL E EM VULNERABILIDADE SOCIAL, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE MÉDIA OU LONGA PERMANÊNCIA, DE CARÁTER COMPULSÓRIO, COM OBJETIVO DE MEDIDA PREVENTIVA E DE CARÁTER INCLUSIVO.

VALOR TOTAL: R\$427.200,00 (QUATROCENTOS E VINTE E SETE MIL E DUZENTOS REAIS)

Quadro societário:

- CARLA DENISE BERGAMIN
- JULIO CEZAR SHUBER FILHO

LEIA-SE:

EXTRATO: 082/2024 003 RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE 01/12/2024 A 31/05/2025

NOME: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ

CONTRATADA: CONVIVER RESIDENVIA INCLUSIVA LTDA

CNPJ: 17.XXX.XXX/XXXX-XX

FUNDAMENTO LEGAL: NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021.

NÚMERO DO PROCESSO: SIPE Nº 267585/2024-E

DATA DE ASSINATURA: 01/12/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS NO TRATAMENTO E ACOLHIMENTO DE PESSOAS PORTADORAS DE DÉFICIT INTELECTUAL E EM VULNERABILIDADE SOCIAL, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE MÉDIA OU LONGA PERMANÊNCIA, DE CARÁTER COMPULSÓRIO, COM OBJETIVO DE MEDIDA PREVENTIVA E DE CARÁTER INCLUSIVO.

VALOR TOTAL: R\$427.200,00 (QUATROCENTOS E VINTE E SETE MIL E DUZENTOS REAIS)

Quadro societário:

- CARLA DENISE BERGAMIN
- JULIO CEZAR SHUBER FILHO

ATOS DA SEC. TURISMO



EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2024 – RESULTADO FINAL

A Secretaria Municipal de Turismo, através do seu Secretário Thiago Morastoni, COMUNICADA a todos os interessados, a classificação final do cadastramento de transportadoras turísticas, para atuarem no atendimento dos passageiros de cruzeiros marítimos em terra, para a temporada 2024/2025, de acordo com as regras estabelecidas na Lei Municipal 6.440, de 20 de Novembro de 2013, conforme segue abaixo:

Colocação	Placa do Veículo	Empresas	Pontuação	Nome do Condutor
1	SXH3J26	VIGON TRANSPORTES LTDA	35	VIGON RHODE
2	QJS7F14	MOISES DOMINGOS TRANSPORTES LTDA	20	SILVIA REGINA DA COSTA DOMINGOS
3	IQH9134	MOISES DOMINGOS TRANSPORTES LTDA	10	MARCELO DOMINGOS
4	QHB5E27	JKE TUR LTDA	10	JANETE OSNI MACHADO DO ROSARIO

Itajaí, 16 de Dezembro de 2024.

Thiago da Silva Morastoni

Secretário Municipal de Turismo e Eventos

O NOSSO JORNAL!

